

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ATO EDUCATIVO: ENFRENTAMENTO AO CAPITALISMO E AO RACISMO ESTRUTURAL

Naiara Soares Cerqueira dos Santos²

Universidade do Estado da Bahia

Salvador, Bahia, Brasil

soares.naiara@gmail.com

Ronalda Barreto Silva¹

ronalda_barreto@uol.com.br

Palavras-chave: Economia Solidária; Racismo Estrutural; Participação Popular; Políticas Públicas; Interseccionalidade.

Resumo

A presente pesquisa analisa os mecanismos de participação popular e controle social na formulação e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil, com foco na atuação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e sua relação com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Adota-se abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, especialmente do relatório da V Plenária Nacional de Economia Solidária (2012). Os resultados evidenciam avanços significativos na institucionalização da participação social, sobretudo por meio de conselhos, fóruns e plenárias, mas também apontam limitações estruturais relacionadas à desigualdade regional, dependência de recursos estatais e desafios na consolidação do controle social efetivo. O estudo mobiliza referenciais críticos, incluindo autores como Freire (1996), Dagnino (2004), Santos (2002), Almeida (2019), Carneiro (2003) e Akotirene (2019), para compreender a participação social como campo de disputa atravessado por relações de poder, raça e classe. Os resultados indicam que, embora haja avanços na institucionalização da participação, persistem limitações estruturais relacionadas ao racismo, à desigualdade socioeconômica e à dependência estatal. Conclui-se que embora ainda enfrente entraves para sua plena consolidação enquanto política pública estruturante, a economia solidária se configura como estratégia relevante de transformação social, além de se apresentar de forma concreta como mecanismo de enfrentamento ao capitalismo excludente e ao racismo estrutural, ao promover práticas econômicas, sociais e pedagógicas baseadas na solidariedade, na coletividade e na valorização de sujeitos historicamente marginalizados.

Abstract

This research analyzes the mechanisms of popular participation and social control in the formulation and execution of public policies for the solidarity economy in Brazil, focusing on the activities of the Brazilian Forum of Solidarity Economy (FBES) and its relationship

¹Estudante de Graduação do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação (Campus I) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, Bahia, Brasil. ²Professora Titular do Departamento de Educação (Campus I) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Pedagoga, Doutora em Educação pela UNICAMP e Pós-doutora em Sociologia pela UNB, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

with the National Secretariat of Solidarity Economy (SENAES). A qualitative approach is adopted, based on bibliographic review and document analysis, especially of the report of the V National Plenary of Solidarity Economy (2012). The results show significant advances in the institutionalization of social participation, especially through councils, forums and plenaries, but also point to structural limitations related to regional inequality, dependence on state resources and challenges in consolidating effective social control. The study mobilizes critical references, including authors such as Freire (1996), Dagnino (2004), Santos (2002), Almeida (2019), Carneiro (2003) and Akotirene (2019), to understand social participation as a field of dispute traversed by relations of power, race and class. The results indicate that, although there has been progress in the institutionalization of participation, structural limitations related to racism, socioeconomic inequality, and state dependence persist. It is concluded that, although it still faces obstacles to its full consolidation as a structuring public policy and difficulties in expansion, the solidarity economy is configured as a relevant strategy for social transformation, in addition to presenting itself concretely as a mechanism for confronting exclusionary capitalism and structural racism, by promoting economic, social, and pedagogical practices based on solidarity, collectivity, and the empowerment of historically marginalized subjects.

Introdução

A pedagogia, por um lado, pode buscar a formação de cidadãos, promovendo reflexão crítica, diálogo e inclusão, visando não só a transmissão de saberes, mas o desenvolvimento humano em diferentes contextos. Por outro lado, pode prezar pela adaptação dos trabalhadores e trabalhadoras à situação de exploração no mercado de trabalho. Ao refletir sobre o pedagogo na atualidade deparamo-nos com várias questões que, segundo Lago (2018), são desafiadoras: problemas políticos, econômicos, sociais, intensa evolução científica e tecnológica. Chegamos à quarta Revolução Tecnológica que impacta profundamente a forma de ser e viver dos seres humanos, bem como toda a vida no planeta. Nesse sentido, o autor questiona o significado da educação na perspectiva da nossa humanidade.

No Brasil, marcado por uma herança histórica de sociedade colonial, a formação do pedagogo se estabelece por meio de um contexto sociocultural colonialista. A economia Solidária estabelece uma oportunidade de desenvolvimento de uma cosmovisão de trabalho e educação fortalecida pela formação de uma identidade inclusiva, democrática que preza pela autonomia e compreensão das diferenças como meio de potencialização dos saberes. Nesse contexto, é essencial desenvolver uma percepção crítica acerca das desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. Conforme aponta Munanga:

As construções racistas, machistas, classistas e tantas outras não teriam outro embasamento material, a não ser as diferenças e as relações diferenciais entre seres e grupos humanos. As diferenças unem e desunem; são fontes de

conflitos e de manipulações sócio-econômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que constituem o ponto de partida para a construção de estereótipos e preconceitos diversos. (MUNANGA, [s.d.], p. 4).

Importante ressaltar que o capital tem a capacidade de absorver e ressignificar demandas que surgem no seio da luta dos trabalhadores(as). Dessa forma, existe toda uma literatura que busca compreender como a inclusão e a diversidade podem beneficiar a criatividade, a inovação e o crescimento da empresa, ou seja, análises que buscam submeter a questão da diversidade aos interesses da acumulação capitalista, ressignificando características do contexto que é marcado pelas transformações nas relações de trabalho, pela precarização e profunda exclusão social.

No sentido oposto, o aprofundamento da exploração do ser humano levou Antunes (2018) a classificar o nosso tempo como a Era da Escravidão Digital. A ausência de direitos, a ocupação precária do mercado de trabalho, somadas às graves questões ambientais que destroem a natureza em favor da lucratividade, por sua vez, impulsionaram a busca por modelos econômicos mais inclusivos e sustentáveis.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil está intrinsecamente ligado à exploração radicalizada do trabalho, desde o período escravocrata até as formas contemporâneas de precarização. Nesse sentido, o racismo estrutural não é um elemento externo ao sistema econômico, mas constitutivo de sua organização. Almeida (2019) destaca que as instituições reproduzem desigualdades raciais ao longo do tempo, naturalizando a exclusão de determinados grupos. Isso se reflete diretamente no acesso ao trabalho, à renda e às políticas públicas. Carneiro (2003) reforça que a exclusão não se dá apenas no plano material, mas também simbólico, ao negar legitimidade aos saberes e práticas de populações negras. Essa dupla dimensão da exclusão evidencia a necessidade de políticas que não apenas incluam economicamente, mas que também reconheçam e valorizem esses sujeitos.

Uma alternativa ao modelo econômico tradicional que tem se consolidado é a economia solidária. Ela tensiona o modelo econômico hegemônico ao também se apresentar como um campo de práticas e saberes que propõe formas de organização do trabalho baseadas na autogestão, cooperação e solidariedade. No Brasil, seu fortalecimento está diretamente relacionado à articulação entre movimentos sociais, sociedade civil organizada e o Estado,

especialmente a partir dos anos 2000 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Ressaltamos, entretanto, que compreender a economia solidária apenas como alternativa econômica seria insuficiente. É necessário situá-la no interior das estruturas históricas que conformam a sociedade brasileira. Nesse sentido, o conceito de racismo estrutural, conforme desenvolvido por Almeida (2019), é fundamental para entender como as desigualdades raciais estão enraizadas nas instituições, inclusive nas dinâmicas do trabalho e das políticas públicas. Segundo Almeida (2019, p. 27), “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes”. Essa perspectiva permite compreender que a exclusão de determinados grupos do acesso ao trabalho digno não é acidental, mas estrutural.

Carneiro (2003), ao discutir o epistemicídio e a negação da produção intelectual negra, evidencia como as estruturas de poder também operam na deslegitimação de saberes produzidos por populações negras, o que dialoga diretamente com a invisibilização histórica das práticas econômicas solidárias desenvolvidas em territórios periféricos. Complementarmente, Akotirene (2019) contribui com a noção de interseccionalidade, permitindo compreender como gênero, raça e classe se articulam na produção das desigualdades. Tal abordagem é central para analisar o perfil dos sujeitos envolvidos na economia solidária, majoritariamente mulheres negras, trabalhadoras informais e periféricas.

Nesse contexto, a economia solidária pode ser compreendida como prática de resistência e reexistência, ao criar alternativas econômicas que tensionam a lógica capitalista e racista dominante. Trata-se de reconhecer que essas experiências não apenas geram renda, mas produzem formas outras de sociabilidade, baseadas na cooperação e no reconhecimento mútuo. Trata-se de um campo que tem, na sua base, formas ancestrais de produção, muitas vezes invisibilizadas por não se enquadrarem nas lógicas dominantes de mercado. Constitui um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática.

Os aspectos aqui destacados são de grande importância na formação do pedagogo, seja para atuar no espaço escolar, com a formação do trabalhador (a) de modo geral ou a educação

de jovens e adultos ou, ainda, com a pedagogia antirracista, bem como no espaço não escolar quer seja os movimentos sociais, na agroecologia, na economia criativa, na economia feminista ou na economia solidária, entre outros espaços. Assim, o geral objetivo da pesquisa foi produzir conhecimento acerca dos mecanismos de participação popular e controle social na elaboração e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil, destacando os avanços, limites e contradições desse processo, compreendendo-os como espaços de enfrentamento ao capitalismo e ao racismo estrutural.

A análise se faz relevante na medida em que aborda, especialmente, áreas que envolvem sujeitos coletivos e práticas contra hegemônicas, considerando que a literatura aponta que a efetividade das políticas públicas está diretamente relacionada à qualidade da participação social, enquanto um elemento central para a democratização do Estado. É possível também analisar a importância desse embasamento teórico na formação do pedagogo a fim de construir caminhos de inserção das diversidades encontradas na participação popular nessa construção e da necessidade da elaboração de políticas públicas participativas e inclusivas, considerando o lugar de fala de quem recebe os impactos diretos dessas políticas.

A principal motivação para o desenvolvimento desta pesquisa emerge da experiência formativa que possibilitou compreender que práticas econômicas solidárias não apenas organizam o trabalho, mas também produzem sentidos, identidades e formas de resistência social. Assim sendo, analisar a participação popular e o controle social nas políticas públicas de economia solidária no Brasil tornou-se um exercício de reflexão sobre trajetórias de vida e pertencimento social e provocou o repensar das relações entre educação, trabalho e identidade.

Metodologicamente, esta pesquisa adota abordagem qualitativa, combinando revisão de literatura com análise documental de registros institucionais do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A análise buscou compreender tanto os mecanismos formais de participação quanto as práticas sociais que estruturam o controle social no campo de estudo.

Formação e institucionalização da economia solidária no Brasil

O movimento de economia solidária no Brasil tem origem nos debates do Fórum Social Mundial, especialmente a partir de 2001, quando diferentes organizações sociais

passaram a articular propostas baseadas na autogestão e na cooperação. A criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) representou um marco na organização política do setor, consolidando um espaço nacional de articulação. Entre 2003 e 2006, o FBES ampliou sua atuação, promovendo plenárias, encontros e conferências que contribuíram para a consolidação de uma agenda política nacional. A realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006, fortaleceu o diálogo entre governo e movimentos sociais, institucionalizando espaços de participação.

A institucionalização da economia solidária ganha força com a criação da SENAES, em 2003, resultado direto da mobilização social. Esse processo evidencia a importância da participação popular na construção de políticas públicas, ao mesmo tempo em que revela a articulação entre Estado e sociedade civil, destacando a necessidade de um movimento e de práticas educativas que permeiem a discussão sobre os entes comunitários e associativos da sociedade civil e das organizações sociais que constroem esse debate e dialogam com setores do governo. A formação pedagógica para sustentação desse debate se torna imprescindível para a sua continuidade e aprofundamento.

Dimensão pedagógica: economia solidária, identidade e emancipação

A economia solidária emerge como resposta às contradições do capitalismo, especialmente no que se refere à exclusão de trabalhadores das formas tradicionais de inserção no mercado. Ao propor práticas baseadas na cooperação e autogestão, cria alternativas de geração de renda e fortalecimento comunitário. Por conta disso, configura-se como espaço educativo, ao promover práticas de aprendizagem coletiva, autonomia e consciência crítica, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar sua realidade.

Essa dimensão é particularmente relevante para sujeitos historicamente marginalizados, ao possibilitar a construção de novas narrativas identitárias e trajetórias de vida. A educação, nesse contexto, assume papel central na articulação entre trabalho, cidadania e emancipação social. Além de sua dimensão econômica, a economia solidária possui forte caráter social e político ao promover inclusão, valorização cultural e reconhecimento de saberes populares. Nesse sentido, contribui para a continuidade de práticas ancestrais e comunitárias que historicamente sustentaram populações marginalizadas.

Freire (1996) aponta que a educação deve ser prática de liberdade, o que se materializa nas experiências da economia solidária. Para mulheres negras e trabalhadoras, esse processo representa a possibilidade de reconstrução de identidades e rompimento com narrativas de subalternização. Assim, a economia solidária não apenas enfrenta desigualdades materiais, mas também atua na dimensão simbólica, contribuindo para a construção de novos sentidos de pertencimento e existência social. Portanto, no campo da pedagogia, a economia solidária contribui fortemente para a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar sua realidade.

A participação popular na economia solidária ocorre por meio de múltiplos espaços, como fóruns locais, estaduais e nacionais, além de conselhos e comissões temáticas. O FBES atua como principal canal de articulação, reunindo empreendimento econômicos solidários, entidades de apoio e gestores públicos. Os mecanismos de controle social incluem a formulação de propostas, o acompanhamento de políticas públicas e a fiscalização de sua execução. A presença do FBES no Conselho Nacional de Economia Solidária representa um avanço significativo, permitindo a incidência direta da sociedade civil nas decisões governamentais.

Enquanto espaço de disputa, a participação nos espaços institucionais não ocorre de forma homogênea. Persistem desigualdades regionais, raciais e de gênero, dificuldades de comunicação e limitações estruturais que impactam a efetividade do controle social. Além disso, há tensões entre autonomia do movimento e dependência de recursos estatais, o que pode comprometer a capacidade crítica dos sujeitos envolvidos, o que traz à tona a importância do processo educativo para a participação. A participação popular nas políticas públicas de economia solidária deve ser analisada à luz da interseccionalidade, considerando, conforme ressalta Akotirene (2019), que as desigualdades não operam de forma isolada, mas articulada, o que impacta diretamente as possibilidades de participação dos sujeitos.

A atuação do FBES representa avanço na institucionalização da participação, mas não elimina as desigualdades estruturais que limitam o acesso e a permanência nesses espaços. Dagnino (2004) alerta que a participação pode ser capturada por lógicas institucionais, perdendo seu potencial transformador. Quando atravessada pelo racismo estrutural e os preconceitos relacionados ao gênero, essa limitação se intensifica, exigindo estratégias mais

profundas de democratização. Nesse sentido, a análise documental realizada na pesquisa evidencia que os sujeitos da economia solidária — em sua maioria mulheres, negras e periféricas — utilizam esses espaços não apenas para geração de renda, mas como estratégia de sobrevivência, resistência e afirmação identitária.

A despeito das contradições, a economia solidária se insere nesse contexto como estratégia concreta de enfrentamento às desigualdades estruturais. Ao promover a autogestão e a cooperação, rompe com a lógica competitiva do capitalismo e cria espaços de inclusão socioproductiva. Além disso, ao valorizar saberes locais e práticas comunitárias, contribui para o enfrentamento do epistemicídio denunciado por Carneiro (2003), reconhecendo a legitimidade de conhecimentos historicamente marginalizados.

Resultados e discussão

A análise documental revela um processo consolidado de participação social, envolvendo milhares de trabalhadores e trabalhadoras em todo o país. Os debates realizados nesse espaço evidenciam tanto avanços quanto contradições do movimento. Entre os principais resultados, destaca-se: a ampliação da participação social na formulação de políticas públicas; o fortalecimento da articulação nacional do movimento; a consolidação de pautas reivindicatórias, como a criação de fundos públicos e ampliação das compras governamentais. Por outro lado, também, os dados analisados apontam desafios importantes: dependência de financiamento estatal; dificuldades de articulação entre diferentes segmentos; risco de descaracterização da economia solidária diante de agendas de mercado.

A literatura corrobora esses achados ao indicar que processos participativos, embora fundamentais, não são suficientes para garantir transformação estrutural, sendo necessário enfrentar desigualdades históricas e limitações institucionais.

A participação de movimentos sociais e as práticas educativas promovem e qualificam a discussão sobre os entes comunitários e associativos na sociedade civil, bem como sobre o papel das organizações sociais na construção desse debate e na mediação do diálogo entre os diferentes setores do Estado e da sociedade. Nesse sentido, a economia solidária mostra-se imprescindível na formação do Pedagogo e, por sua vez, para a sustentação, continuidade e aprofundamento dessas discussões.

Conclusões

A economia solidária promove inclusão social e produtiva através do fortalecimento da participação popular nas políticas públicas e o controle social amplia a transparência e a efetividade das ações, além de enfrentar as limitações estruturais. A economia solidária atua como prática pedagógica emancipatória, que mesmo com a persistência das desigualdades estruturais que limitam a participação popular, também contribui significativamente para a construção da autonomia do movimento social que, por sua vez, segue sendo impactada pela dependência estatal e por isso carece de mais políticas de Estado e de menos políticas de governo a fim de garantir que mesmo com mudanças de gestores, seja garantido os direitos conquistados pelos trabalhadores e pelo movimento social de apoio a esses trabalhadores.

A economia solidária enfrenta as desigualdades produzidas pelo capitalismo que precisa do racismo estrutural como vetor limitante o acesso às políticas públicas, por isso a participação social também é atravessada por relações de raça, classe e gênero, sendo assim a economia solidária fortalece sujeitos historicamente marginalizados, atuando como prática emancipatória e antirracista.

A economia solidária possui forte dimensão educativa, especialmente no campo da pedagogia social. Ao promover práticas de autogestão e cooperação, contribui para a formação de sujeitos críticos e autônomos. No contexto escolar, a economia solidária pode ser incorporada como estratégia pedagógica, estimulando valores como solidariedade, participação e justiça social. Essa perspectiva é particularmente relevante para populações em situação de vulnerabilidade, ao possibilitar novas formas de inserção social e econômica e, principalmente, ações no sentido de um desenvolvimento solidário e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.u
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Documento final da V Plenária Nacional de Economia Solidária:** bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. Luziânia: FBES, 2012. Disponível em:

<<https://fbes.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Linha de tempo.**

Disponível em: <<https://fbes.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Fernando et al. **Sindicatos, cooperativas e socialismo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SENAES; MTE. Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no **Governo Federal 2003-2010.** Brasília, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, R.B. e AZEVEDO, A.B.A. de. **Formação do Trabalhador Solidário:** Emancipação ou Legitimação da Exploração? Linhas Críticas. Universidade De Brasília, vol. 16, núm. 30, jan-jul, 2010.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

XVI
FRPEDI